



Proposta da Administração

SCHULZ S.A.
SEJAM BEM-VINDOS

RESTAURANTE

AGO 23/04/2026

SCHULZ S/A**Formulário de Referência**

Conforme Anexo C da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")
nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80")

Data base: 31 de dezembro de 2025

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**2.1. Comentários sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico desafiador, caracterizado por maior volatilidade nos mercados globais, restrições de crédito e retração gradual dos investimentos em bens de capital, especialmente nos segmentos de caminhões pesados e semipesados no mercado brasileiro.

Mesmo diante desse cenário, a Schulz encerrou o ano demonstrando resiliência operacional, disciplina financeira e capacidade de adaptação estratégica.

A **Receita Operacional Bruta consolidada atingiu R\$ 2,3 bilhões em 2025**, mantendo estabilidade em relação ao exercício anterior, com crescimento de 2% nas receitas do mercado externo, que compensaram a retração observada no mercado interno.

O **Lucro Líquido totalizou R\$ 289 milhões**, representando crescimento de 13% sobre 2024, com **margem líquida de 15% e ROE anualizado de 20,3%**.

A Schulz encerrou 2025 com posição de **Caixa Líquido de R\$ 133,6 milhões**, mesmo após o **pagamento de R\$ 115,4 milhões em dividendos ao longo do exercício**. A relação Caixa Líquido/EBITDA permaneceu positiva em 0,41x, evidenciando robusta geração de caixa e elevada capacidade de autofinanciamento.

No contexto de crescimento inorgânico, destacam-se as aquisições realizadas em 2024: UPI Fundição de Ferro Ltda. e Janus & Pergher Ltda. e a conclusão, em 2025, da incorporação da UPI Ferro, fortalecendo a verticalização industrial e ampliando sinergias operacionais.

A consistente alocação de capital, aliada à manutenção de forte posição de caixa, reforça o compromisso da Companhia com crescimento sustentável e geração recorrente de valor aos acionistas.

A **Unidade Automotiva** enfrentou, ao longo do ano, retração significativa no mercado doméstico de caminhões pesados e semipesados, acompanhando a desaceleração do setor.

Diante desse cenário, a Companhia implementou medidas tempestivas de adequação operacional, incluindo ajustes de turnos e redução temporária de jornadas, preservando margens e equilíbrio econômico da unidade.

Apesar da retração no segmento de caminhões, os mercados de máquinas agrícolas e de construção apresentaram recuperação gradual ao longo do ano, enquanto o mercado externo registrou crescimento relevante no quarto trimestre.

O segmento de reposição, especialmente na linha de freios, manteve desempenho sólido, reforçado por inovação contínua, confiabilidade da marca e ampla disponibilidade de portfólio.

A **Unidade Compressores** manteve trajetória consistente de crescimento, registrando expansão de 9,8% no mercado doméstico em 2025.

O avanço foi sustentado por inovação acelerada e fortalecimento dos canais próprios e digitais. As vendas via e-commerce e Schulz Store registraram crescimento acima de dois dígitos, consolidando um modelo integrado de relacionamento e atendimento ao cliente.

A inovação permanece como pilar central da estratégia: 55,8% da Receita Líquida da Unidade Compressores em 2025 foi proveniente de produtos lançados nos últimos cinco anos. No exercício, foram lançadas 41 famílias de produtos, reforçando a renovação contínua do portfólio e a competitividade da Companhia.

Destacam-se ainda os avanços em soluções de gases industriais e energia renovável, incluindo o lançamento do primeiro sistema de purificação de biogás para geração de biometano, ampliando a presença da Schulz em mercados alinhados à transição energética.

Em 2025, a Schulz divulgou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, consolidando práticas ambientais, sociais e de governança à estratégia corporativa. A agenda ESG integra decisões operacionais, inovação tecnológica e relacionamento com stakeholders.

A Schulz Tech iniciou medições em campo com resultados promissores, reforçando o posicionamento da Companhia em inovação aplicada e digitalização industrial.

O cenário para 2026 ainda exige cautela, diante de incertezas macroeconômicas e geopolíticas. Entretanto, a **Companhia está estruturada para capturar oportunidades** decorrentes da retomada gradual do crédito, da relevância estrutural do agronegócio e da

infraestrutura no Brasil, da expansão internacional e da contínua renovação tecnológica de seu portfólio.

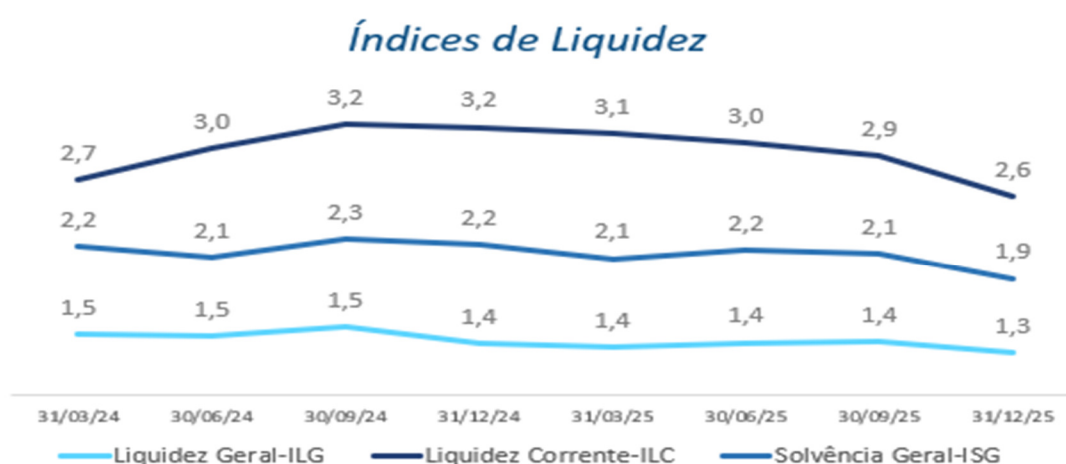
A Schulz combina base industrial sólida, disciplina financeira, inovação contínua e estratégia de longo prazo, mantendo-se preparada para atravessar ciclos econômicos distintos com equilíbrio e geração sustentável de valor.

A Administração agradece os públicos de relacionamento, em especial, nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, e reafirma seu compromisso com transparência, governança, eficiência operacional e crescimento disciplinado.

Sobre os resultados alcançados em 2025, mesmo num cenário nacional e internacional desafiador, seja por questões políticas ou econômicas, verifica-se que a Schulz mantém saudáveis suas condições patrimoniais e financeiras, a saber:

- I. Consistente geração de lucros acima do mercado ou o momento econômico;
- II. Geração de caixa operacional compatível com suas necessidades operacionais e financeiras, garantindo os objetivos necessários com a atual estrutura de capital;
- III. A estrutura de capital própria e de terceiros está adequada, apoiada em contratos de financiamentos com custo competitivo. Também há confortável apoio das instituições financeiras para fazer frente às demandas de curto e longo prazo;
- IV. Nível de endividamento compatível com sua demanda operacional e com os investimentos realizados e a realizar.

Os indicadores de liquidez demonstram a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos, considerando que seus ativos superam suas obrigações conforme descrito a seguir:



Índice de Liquidez Geral – ILG – Ativo Circulante adicionado do Realizável a Longo Prazo dividido pelo Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo.

Índice de Liquidez Corrente – ILC – Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante.

Índice de Solvência Geral – ISG – Ativo Total dividido pelo Passivo Circulante adicionado do Exigível a Longo Prazo.

b) Estrutura de capital:

A estrutura de capital da Companhia apresenta grau de alavancagem financeira adequada para seus negócios e em linha com o orçamento de investimento planejado para seu crescimento.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e terceiros:

Valores em R\$ Mil	2025	2024	2023	2022
Capital Próprio(Patrimônio Líquido)	1.500.007	1.424.633	1.298.241	1.114.849
Total do Exigível	1.593.597	1.177.665	1.081.869	1.255.453
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.144.896)	(808.339)	(838.176)	(653.263)
Capital de Terceiros(*)	448.701	369.326	243.693	602.190
Capital Próprio / Capital de Terceiros	3,34	3,86	5,33	1,85

(*)Capital de Terceiros é a soma do Passivo Circulante mais o Passivo Não Circulante, deduzido os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 31/12/25 a Companhia possuía um caixa disponível equivalente a 3 vezes em relação a todos os compromissos financeiros (empréstimos) de curto prazo, e crédito suficiente para as necessidades de renovação, ou alongamento da dívida bancária, se for necessário.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além dos recursos próprios, gerados pela atividade operacional, a Companhia possui operações de crédito com vários bancos privados e com o BNDES, com operações de Pré-embarque, FINEP, FINAME e Finimp.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Quando necessário, temos linhas de crédito do BNDES direto ou através de seus agentes repassadores, e outras linhas de créditos ofertados pelos bancos nacionais e internacionais.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

i. Vide demonstrativo abaixo:

Empréstimos e Financiamentos(Valor em Milhares de Reais)						Controladora		Consolidado	
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexad		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
						Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - EXIM	4,55% a.a	Avalista	Dólar	Pós-Fixada		13.882	28.834	13.950	28.834
BNDES - FINEM	TLP + 2,55% a.a	Avalista	Real	Pós-Fixada		1.531	3.682	1.531	3.682
Exportação-NCE	CDI + 0,37% a.a.	Avalista	Real	Pós-Fixada		33.712	15.198	33.712	23.995
Finame	6,70% a.a	Alienação Fiduciária/Avalista	Dólar	Pré-Fixada		2.656	1.543	3.467	1.582
Finame	SELIC + 2,29% a.a	Alienação Fiduciária/Avalista	Real	Pré-Fixada		20.268	17.928	28.735	25.356
Finame	TLP + 0,15% a.a	Alienação Fiduciária/Avalista	Real	Pós-Fixada		144.858	3.346	144.858	3.346
Empréstimo ME	5,50% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada		555	386	670	579
Empréstimo ME	3,76% a.a	Sem Garantia	Euro	Pré-Fixada		20.543		20.543	
Empréstimo	9,38% a.a.	Avalista	Real	Pós-Fixada		101.318	15.715	101.318	15.715
Pré-Pgto. Export.	2,00% a.a.	Avalista	Dólar	Pré-Fixada		13.527	35.799	13.527	35.799
Pré-Pgto. Export.	14,55% a.a.	Avalista	Dólar	Pós-Fixada		57	31.109	57	31.109
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada					5
FINEP	TR + 4,4% a.a	Fiança Bancária	Real	Pré-Fixada		1.092		1.141	18
Fiança Bancária		Avalista	Real	Pré-Fixada				183	
Arrendamento / Direito de Uso(Nota 10.1)		Sem Garantia	Real	Pré-Fixada		10.245	1.936	14.586	2.850
Arrendamento / Direito de Uso(Nota 10.1)		Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada					4.626
Total do Circulante						364.244	155.476	378.278	177.496
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador		Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - EXIM	4,55% a.a	Avalista	Dólar	Pós-Fixada		41.268	83.358	91.268	83.358
BNDES - FINEM	TLP + 2,55% a.a	Avalista	Real	Pós-Fixada			1.525		1.525
Exportação-NCE	CDI + 0,37% a.a.	Avalista	Real	Pós-Fixada			7.251		19.251
Finame	6,70% a.a	Alienação Fiduciária/Avalista	Dólar	Pré-Fixada		131.235	89.659	165.237	94.313
Finame	SELIC + 2,29% a.a	Alienação Fiduciária/Avalista	Real	Pré-Fixada		84.078	90.734	103.598	115.060
Finame	TLP + 0,15% a.a	Alienação Fiduciária/Avalista	Real	Pós-Fixada		11.476	14.761	11.476	14.761
Empréstimo ME	5,50% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada			41.457		41.457
Empréstimo ME	3,76% a.a	Sem Garantia	Euro	Pré-Fixada		77.630		77.630	
Empréstimo	9,38% a.a.	Avalista	Real	Pós-Fixada			107.143		107.143
Pré-Pgto. Export.	2,00% a.a.	Avalista	Dólar	Pré-Fixada			15.137		15.137
Pré-Pgto. Export.	14,55% a.a.	Avalista	Dólar	Pós-Fixada		53.325	60.011	53.325	60.011
FINEP	TR + 4,4% a.a	Fiança Bancária	Real	Pré-Fixada		5.190		50.417	19.297
FINEX	6,31 % a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada		48.971		48.971	
Fiança Bancária		Avalista	Real	Pré-Fixada				80	
Arrendamento / Direito de Uso(Nota 10.1)		Sem Garantia	Real	Pré-Fixada		29.935		31.031	364
Total do Não Circulante						483.108	511.036	633.033	571.677
Total de Empréstimos e Financiamentos						847.352	666.512	1.011.311	749.173
Escalaonamento da Dívida						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em até 6 meses						172.225	97.023	182.116	111.419
De 6 meses a 1 ano						192.019	58.453	196.162	66.077
De 1 a 2 anos						146.216	248.493	168.336	264.105
De 2 a 3 anos						126.502	91.104	153.292	102.532
De 3 a 5 anos						96.121	70.481	145.177	79.753
Acima de 5 anos						114.269	100.958	166.228	125.287
Total de Empréstimos e Financiamentos						847.352	666.512	1.011.311	749.173
Dívida por Tipo de Moeda						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reais - R\$		CP				313.024	57.805	326.064	74.967
Dólar Norte-Americano - US\$		CP				30.677	97.671	31.671	102.529
Euro - EUR		CP				20.543		20.543	
Reais - R\$		LP				130.679	221.414	196.602	277.401
Dólar Norte-Americano - US\$		LP				274.799	289.622	358.801	294.276
Euro - EUR		LP				77.630		77.630	
Total de Empréstimos e Financiamentos						847.352	666.512	1.011.311	749.173
Dívida por Indexação						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxas Pré-Fixadas						445.925	294.579	559.816	356.438
Taxas Pós-Fixadas						401.427	371.933	451.495	392.735
Total de Empréstimos e Financiamentos						847.352	666.512	1.011.311	749.173

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

i. Vide demonstrativo acima.

III. Grau de subordinação entre as dívidas:

i. Não se aplica.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não há qualquer tipo de restrição, salvo em caso de alienação de controle societário. As cláusulas e condições normalmente existentes nos contratos financeiros, para fins de garantia, não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não se aplica.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

Os resultados apresentados estão dentro da normalidade, e superior ao que foi previsto para 2025.

Foi mantida a política de controle de exposição cambial, o que contribuiu para uma boa performance financeira líquida.

2.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Na Unidade Compressores são os compressores de ar comprimido (linha industrial e serviços) que são vendidos em sua grande maioria para o comércio e indústrias. Na Unidade Automotiva são os componentes de ferro fundidos, usinados e pintados vendidos para as indústrias montadoras de caminhões, ônibus, tratores e implementos agrícolas e também vendas de produtos *aftermarking* (*peças de reposição*) para linha pesada de caminhões na Unidade de Revenda Automotiva.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais foram:

Negativamente:

- a) Redução de produção nas montadoras em função da retração nas vendas de caminhões pesados e máquinas agrícolas;
- b) Retração das vendas no mercado interno de máquinas e equipamentos;

c) Taxa de juros elevada, inibe compras financiadas.

Positivamente:

- a) Ações de reduções de custos e melhoria contínua em processos produtivos;
- b) continuidade de desenvolvimento de novos produtos e negócios e a capacidade de resposta rápida as recuperações do mercado.
- c) redução do ciclo financeiro, contribuindo para a performance do resultado financeiro líquido.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

O faturamento foi sustentado principalmente com o aumento do nosso *share* nas duas unidades, com os novos produtos, que ajudou a garantir as performances atingidas.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Além dos efeitos mencionados anteriormente, os preços das principais matérias primas e insumos de produção mantiveram-se em níveis estáveis.

2.3. Comentários sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

O último registro continua a mesma informação publicada no último exercício, ou seja, a Schulz passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (“balanço de abertura”), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados nas respectivas Notas Explicativas.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Os pareceres dos nossos Auditores Independentes foram emitidos sem ressalvas, nos últimos 03 (Três) exercícios.

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não se aplica.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Em 05/2025 tivemos a incorporação pela Schulz S.A. a UPI fundição de Ferro Ltda, adquirida em 12/2024, como Filial – Unidade 3.

Convergente com nossas metas, a Unidade 3, permite ampliar a competitividade em peças leves e médias do mercado automotivo, e se destina a sistemas de veículos automotores, máquinas e equipamentos. Abrange um terreno de aproximadamente 175 mil m². Desta forma, a incorporação desta nova unidade possibilitará a ampliação da nossa capacidade produtiva, a diversificação do nosso portfólio de produtos e o fortalecimento da nossa posição no mercado e possibilitando maior sinergia administrativa e operacional.

c) Eventos ou operações não usuais:

Nada a destacar.

2.5. Informações de Medições não Contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda):

a) Valor das medições não contábeis;

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Um indicador financeiro bastante utilizado pelas empresas de capital aberto e pelos analistas de mercado é o chamado EBITDA. A sigla corresponde a “Earning Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization”, ou seja, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

CONCEITO

Em linhas gerais, o EBITDA representa a geração operacional de caixa da companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Diferente do EBIT, conhecido como o lucro na atividade, no que se refere à depreciação e amortização, pois o EBIT considera estes efeitos contábeis.

A utilização do EBITDA ganha importância, porque analisar apenas o resultado final da empresa (lucro ou prejuízo) muitas vezes tem sido insuficiente para avaliar seu real desempenho em um dado período, já que muitas vezes é influenciado por fatores difíceis de serem mensurados.

CÁLCULO DO EBITDA

A companhia divulga o LAJIDA/EBITDA conforme instrução CVM 527/2012 a partir do resultado líquido do período informado em suas demonstrações financeiras, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões;

APLICAÇÃO DO EBITDA

O indicador pode ser utilizado na análise da origem dos resultados da companhia e, por eliminar os efeitos dos financiamentos e decisões contábeis, pode medir com mais precisão a produtividade e a eficiência do negócio.

Por outro lado, como ressalva, vale lembrar que o EBITDA pode dar uma falsa ideia sobre a efetiva liquidez da empresa. Além disso, o indicador não considera o montante de reinvestimento requerido (pela depreciação), fator especialmente crítico nas empresas que apresentam ativos operacionais de vida curta. Assim, o EBITDA é um indicador financeiro muito relevante, mas que deve ser utilizado combinado com outros indicadores de desempenho para fornecer uma visão mais apropriada da performance da companhia. Ainda assim, é certamente o mais acompanhado pelos analistas e acaba ganhando bastante importância também na análise de crédito e nos múltiplos de avaliação de empresas.

No ano de 2025, o LAJIDA (EBITDA) totalizou R\$ 326,5 milhões. A margem LAJIDA (EBITDA) alcançou 16,84%, ficando 1.63 p.p. abaixo do índice obtido em 2024. Um índice muito positivo, considerando que 2025 foi um ano extremamente desafiador.

LAJIDA(EBITDA)	2.024	2.025
Lucro Líquido Exercício	255.191	288.876
(+) Tributos sobre o Lucro	31.873	1.479
(+) Despesas Financeiras Líquidas	3.206	(52.076)
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	69.168	88.178
TOTAL	359.438	326.457
Receita Operacional Líquida	1.945.886	1.938.864
Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL	18,47%	16,84%

2.6. Eventos Subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não há ou houve, fatos relevantes a serem mencionados com grande influência nos resultados do exercício seguinte

2.7. Destinação dos Resultados sociais:

a) Regras sobre a retenção de lucros;

Para atender a projetos de investimentos, a companhia retem parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da lei n°. 6404/76, que trata da reserva de Retenção de Lucros. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital da companhia, ser proposta pela administração e aprovada pela assembleia geral. Ressalva-se, entretanto, que essa reserva não pode ser constituída em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório previsto no artigo 198 da lei 6.404/76.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, além das normas legais específicas, as seguintes regras aplicam-se quanto à distribuição de dividendos:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: (a) Os prejuízos acumulados; (b) A provisão para o Imposto de Renda; (c) Uma participação, até o limite legal, a ser partilhada entre os integrantes da Diretoria Estatutária, devendo sua distribuição ser definida entre ela e o Conselho de Administração.

Após apurado, na forma do parágrafo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante de 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, até que deixe de ser obrigatória, ou seja, quando tal fundo atingir 20 % (vinte por cento) do capital social; e, se for o caso, serão também abatidos valores adequados para formar as reservas previstas e definidas em lei.

Dividendo obrigatório fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma dos parágrafos acima, previamente acrescidos das verbas previstas em lei. Sobre o lucro que remanescer após as deduções dos parágrafos anteriores serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir, respeitado o disposto no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social, destinando-se então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituir uma Reserva para Aumento de Capital, observando que a finalidade desta é propiciar o permanente desenvolvimento da Companhia, pelo sistemático reinvestimento de uma parcela de lucros, limitada, dita reserva, a um montante igual a 80% (oitenta por cento) do próprio capital da Companhia. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao capital social. O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Companhia, na forma do artigo 9º, da Lei 9249, de 26.12.95, poderá ser sugerido pelo Conselho de Administração, e a critério da Assembleia Geral, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 31, conforme faculta o parágrafo sétimo, do mesmo artigo 9º, da referida Lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A política de distribuição de dividendos da Companhia segue a regra da Lei das S.As., ou seja, de distribuição de Lucro Líquido uma vez no ano.

Mas, *ad referendum* da Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, bem como sobre o pagamento de dividendos intercalares, desde que seja levantado balanço na forma da legislação vigente.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia segue o que dispõe no Estatuto Social e Lei das S/As.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8:

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- b) Natureza e o propósito da operação:**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

2.10 Comentários dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

1) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos previstos para 2026 são da ordem de R\$ 150 milhões, alguns já em andamento, aplicados em sua grande maioria na expansão e modernização do parque fabril e logística, da divisão Automotiva e Compressores, absolutamente alinhado com o Planejamento Estratégico. Também estão contemplados os projetos de desenvolvimento de novos produtos, verticalização do estoque de alguns componentes para a Compressores, de formar a garantir custos mais competitivos com melhores margens. As atualizações tecnológicas, em algumas linhas de produção, com robotização e mudanças de processos, irão contribuir para a redução dos custos diretos.

2) Fontes de financiamento dos investimentos:

Os investimentos planejados para 2026 deverão ser financiados basicamente através da geração própria de caixa, linhas de financiamento disponíveis e outras estruturas que o mercado financeiro ofertar, principalmente em relação às linhas de crédito/financiamentos de longo prazo.

3) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não se aplica.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há nenhum fato a comentar.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As divulgações rotineiramente acontecem anualmente nas convenções de vendas internas, dos produtos que estão em desenvolvimento e que serão lançados no mercado ao longo de cada exercício social, e que não são divulgadas antecipadamente no mercado consumidor.

II. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2025 foram investidos R\$ 33,1 milhões em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços, sendo R\$ 8,7 milhões na Unidade Compressores e R\$ 24,4 milhões na Unidade Automotiva.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A política adotada pela Companhia é por não divulgar antecipadamente os novos projetos dos produtos para o mercado.

IV. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2024, totalizaram R\$ 7,1 milhões.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está conectada com diversas ações de sustentabilidade, governança e gestão ambiental. Faz parte da estratégia da Schulz avançar em todos os aspectos com trabalhos sendo conduzidos em parceria com nossos clientes, consultores externos de forma a aprimorar nossos indicadores e ampliar gradativamente o escopo e aderência ao ASG. Neste sentido o relatório da administração já destaca muitas das ações de ASG implementadas pela Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não temos outros fatores para expor, além do que já foi comentado nos itens anteriores.

7. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

7.1. Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal:

- a) **Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui política formalizada de indicação e preenchimento de cargos dos órgãos da administração.

- b) **Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

(i) **A periodicidade das avaliações e sua abrangência:**

(ii) **Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações:**

(iii) **Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos:**

A Companhia não possui nenhum mecanismo específico de avaliação de desempenho para o Conselho de Administração, para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária e para o Conselho Fiscal.

c) **Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:**

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

d) **Por órgão:**

i. **Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero**
Não disponível.

ii. **Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça**
Não disponível.

iii. Número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

Não disponível.

iv. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não disponível.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não dispõe.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia não dispõe.

7.2. Em relação especificamente ao Conselho de Administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Até o presente momento, o Conselho de Administração não possui Comitês de Assessoramento.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A avaliação é realizada pelos relatórios dos trabalhos auditados, e em reuniões específicas com a participação dos auditores.

c. Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia disponibiliza canal de denúncia, onde, entre outros os temas relacionados a ASG, podem ser endereçados. Todos os casos são direcionados a diretoria e quando, e se necessário, podem vir a ser apresentados ao Conselho de Administração.

7.3. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Conselho de Administração

Nome	Data Nascimento	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data da Eleição	Posse	Prazo Mandato	Outros Cargos ou Funções na Companhia	Eleito pelo Controlador?	Data Início 1º Mandato	Nº Mandatos Consecutivos	% Participação Reuniões
Waldir Carlos Schulz - Eletivo	24/04/1950	75 Anos	Industrial	081.756.919-72	Presidente Conselho de Administração	29/03/2023	29/03/2023	31/12/2025	Diretor Vice-Presidente	Sim	21/11/1996	10	100%
Ovandir Rosenstock - Eletivo	30/10/1941	84 Anos	Industrial	121.181.509-97	Vice Pres. Conselho de Administração	29/03/2023	29/03/2023	31/12/2025	Diretor Presidente	Sim	21/11/1996	10	100%
Gert Heinz Schulz - Eletivo	07/03/1947	79 Anos	Industrial	033.330.009-20	Conselheiro de Administração	29/03/2023	29/03/2023	31/12/2025	N/A	Sim	21/11/1996	10	100%
Fábio Girolla - Eletivo	13/05/1972	53 Anos	Advogado	751.511.119-49	Conselheiro de Administração	29/03/2023	29/03/2023	31/12/2025	N/A	Não	27/03/2014	4	100%
Joel de Oliveira - Eletivo	07/11/1953	72 Anos	Economista	216.208.309-49	Conselheiro de Administração	29/03/2023	29/03/2023	31/12/2025	N/A	Sim	29/03/2023	1	100%

Diretoria Estatutária

Nome	Data Nascimento	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data da Eleição	Posse	Prazo Mandato	Outros Cargos ou Funções na Companhia	Eleito pelo Controlador?	Data Início 1º Mandato	Nº Mandatos Consecutivos	% Participação Reuniões
Ovandir Rosenstock	30/10/1941	84 Anos	Industrial	121.181.509-97	Diretor Presidente	29/03/2023	29/03/2023	3 anos	Vice Pres. Conselho de Administração	Sim	21/11/1996	10	100%
Waldir Carlos Schulz	24/04/1950	75 Anos	Industrial	081.756.919-72	Diretor Vice Presidente	29/03/2023	29/03/2023	3 anos	Presidente Conselho de Administração	Sim	21/11/1996	10	100%

Conselho Fiscal

Nome	Data Nascimento	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data da Eleição	Posse	Prazo Mandato	Outros Cargos ou Funções na Companhia	Eleito pelo Controlador?	Data Início 1º Mandato	Nº Mandatos Consecutivos	% Participação Reuniões
Celso Meira Júnior - Eletivo	09/04/1966	59 Anos	Advogado	556.519.099-15	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Sim	27/02/2003	24	100%
Ivan Frederico Hudler - Suplente	13/05/1960	65 Anos	Administrador Empresas	383.565.039-49	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Sim	27/04/2018	9	0%
José Antônio Martins - Eletivo	17/05/1964	61 Anos	Economista	506.013.509-87	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Sim	29/04/2016	11	100%
Rufino Alves de Siqueira - Suplente	19/11/1951	74 Anos	Consultor formado em Letras	560.904.808-78	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Sim	29/04/2016	11	0%
Paulo Eduardo Dias da Costa - Eletivo	29/01/1973	53 Anos	Advogado	577.047.329-00	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Sim	27/02/2002	25	100%
André Chedid Daher - Suplente	01/03/1981	45 Anos	Advogado	003.938.779-81	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Sim	26/04/2017	10	0%
Roselene da Graça Mariani - Eletivo	23/02/1974	52 Anos	Contadora	714.219.399-91	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Não	02/04/2024	2	100%
Roberto Frota Decourt - Suplente	05/07/1972	53 Anos	Administrador Empresas	212.672.418-29	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Não	23/04/2025	1	0%
Marcos Luiz Kreiling - Eletivo	11/09/1951	74 Anos	Administrador Empresas	094.794.819-87	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Não	26/04/2017	10	100%
Paulo Eduardo da Silveira - Suplente	19/07/1974	51 Anos	Médico	163.055.238-84	Conselheiro Fiscal	23/04/2025	23/04/2025	1 ano		Não	26/04/2017	10	0%

Formação acadêmica e experiência profissional

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Nome: Waldir Carlos Schulz

Economista, experiente administrador empresarial, conhecimentos técnicos em contabilidade, custos e sistemas administrativos em geral. Mais de 46 anos dedicados à Schulz S.A.

2. Nome: Ovandi Rosenstock

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville. É um dos fundadores da Schulz, tendo atuado como Diretor Comercial e como Diretor Superintendente, antes de assumir a Presidência Executiva em 1996. Foi Presidente da ABIMAQ/SINDIMAQ, Vice-Presidente da Associação Empresarial de Joinville (por duas gestões 06 anos), e Vice-Presidente da ABIFA – Associação Brasileira de Fundição.

Foi Diretor do Sindicato da Indústria Metalúrgica de Joinville, e representa atualmente a referida associação nas reuniões da Federação das Indústrias de Santa Catarina. É também Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. Experiente e dinâmico empresário do setor metal-mecânico, com mais de 50 anos dedicados à Schulz S.A. tanto no âmbito nacional como internacional. Responsável pela presidência e coordenação geral dos negócios da Companhia, usando suas experiências e conhecimentos em administração na empresa e na coordenação geral da diretoria e do grupo de gestores da Companhia.

Nome: Joel de Oliveira

Formado em Economia na FUCRI (Criciúma) em 1980. Bancário durante 13 anos e outros 8 anos como executivo financeiro no segmento de indústria. Na Schulz desde 10/01/1990, como gerente financeiro, depois superintendente financeiro e desde 01/10/2007 como Diretor Corporativo, assim completa ciclo de 33 anos nesta Companhia.

Atualmente Vice-Presidente do Sindicato Patronal dos Metalúrgicos de Joinville (SINDIMET) e Membro do Corpo de Bombeiros Voluntário de Joinville. Até o presente momento não exerce cargo de conselheiro de administração, fiscal ou consultivo em outras Companhias.

3. Nome: Gert Heinz Schulz

Técnico metalúrgico, com experiência em produção, moldes, ligas, desenvolvimento de processos produtivos. Foi Diretor Industrial por mais de 28 anos da Schulz.

4. Nome: Fábio Girolla

Formado em Direito pela Universidade Regional de Blumenau, com especialização em Direito Público, Tributário e Empresarial. MBA em Direito de Economia da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como advogado na Cassuli Advogados Associados (1992 a 1997). Sócio Fundador e Advogado na Martinelli Advocacia Empresarial (1997 a 2001). Atualmente é Sócio Fundador e Advogado na Bornhausen Advogados Associados (OAB/SC 763/2002) em Joinville, SC. Advogado Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina. Exerce ainda função de Conselheiro Fiscal Titular na Dohler S.A. e na Companhia Águas de Joinville.

CONSELHO FISCAL

1. Nome: Paulo Eduardo Dias Costa (efetivo)

Auditor da Martinelli Auditores (1992 a 1997). Sócio Advogado da Martinelli Advocacia Empresarial (1998 a 2012). Atualmente é sócio advogado da Costa, Martins, Meira e Rinaldi Advogados associados OAB/SC 1829 (CMMR Advogados) em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina. Conselheiro Estadual da OAB/SC de 2010 a 2012. Conselheiro Fiscal Titular da Döhler S.A. no período de 2002 a 2012, e da empresa Móveis Weihermann S.A. no período de 2008 a 2010. É Conselheiro Fiscal da Schulz S.A. desde o ano de 2001 até a atualidade. Conselheiro titular do TAT – Tribunal Administrativo Tributário, da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina (representante da FIESC).

2. Nome: André Chedid Daher (suplente)

Formado em Direito. Mestre e Pós Graduado em Direito Empresarial do Trabalho pela Unicuritiba. Professor da pós Graduação da Católica de SC em Direito do Trabalho, Internacional do Trabalho e Prática Trabalhista. Vice Presidente da ACIJ Joinville. Fundador e membro do Núcleo Jurídico da ACIJ. Delegado da ACAT - (Associação dos Advogados Trabalhista de Santa Catarina)/Conselheiro da OAB / Joinville. Facilitador In Company de cursos de Legislação Trabalhista. Palestrante de diversas matérias do Direito do Trabalho. Sócio do escritório Daher Advogados.

3. Nome: Celso Meira Júnior (efetivo)

Atuou como Gerente Jurídico das Empresas Engepasa – Engenharia do Pavimento S.A. até 1998, Cipla S.A. até 1999. Sócio Advogado do Martinelli Advocacia Empresarial de 2000 a 2012. Atualmente é sócio advogado da CMMR Advogados em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina. Atuou como conselheiro fiscal nas empresas Döhler S.A., Adami S.A., Móveis Weihermann S.A., Pettenati S.A. Indústria Têxtil e Wetzel S.A. É Conselheiro Fiscal da Schulz S.A. desde o ano de 2001 até a atualidade.

4. Nome: Ivan Frederico Hudler (suplente)

Mestre em engenharia da produção – UFSC (2002); Pós-graduado em engenharia da produção – UFSC (2002); Licenciado em matemática – FURJ (1983).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL :

- PROSYST DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA: o www.prosyst.com.br
o Sócio/Fundador – 1987 – presente data.
o Atividades: Consultoria / Coordenação de equipes e projetos / Pesquisa e desenvolvimento sistemas ERP
 - FUNDIÇÃO TUPY SA o 1976 – 1986
o Atividades: Projetos elétricos / Programador e Analista de Sistemas
- OUTRAS ATIVIDADES (em andamento)
- ACIJ – Associação Empresarial de Joinville: Diretor Administrativo.
 - CBJV – Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville: Vice-Presidente.
- Idiomas: Alemão: intermediário; inglês – comunicação e leitura.

5. Nome: José Antônio Martins (efetivo)

Advogado – OAB/SC 31.277 formado na Associação Catarinense de Ensino – Faculdade Guilherme Guimbala Conclusão do curso – 2010 Economista – CORECON (SC) 24.079-4 formado na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE Conclusão do curso - 1993 Técnico Contábil – CRC/SC 014806-0 formado no Colégio Estadual Luiz Bertolli Conclusão do curso – 1977 Extensões: Pós-graduação em Macroeconomia na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Conclusão do curso: 1996 Governança Corporativa no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - Curitiba Conclusão do curso: 2011 Experiência Profissional: 1983 a 1996 - Formação/profissional desenvolvida na área de auditoria contábil e fiscal. 1997/2001 - Empresa: Fabio Perini S.A – Indústria de Máquinas, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel. 2001/2005 - Empresa: Joinpaper Ltda, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel. 2006 a 2012 - Martins Assessoria Tributária e Empresarial Ltda., Cargo: Sócio, Atividade: Consultoria fiscal e tributária 2012 a 2016 - Costa Martins Meira e Rinaldi Advogados Associados, Cargo: Sócio, Atividade: Serviços de advocacia empresarial

com especialização em direito tributário e societário. É Conselheiro Fiscal da Schulz S.A. desde o ano de 2013 até a atualidade.

6. Nome: Rufino Salves de Siqueira (suplente)

Consultor formado em letras.

7. Nome: Roselene da Graça Mariani (efetivo)

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Universidade Do Vale de Itajaí / SC

Pós Graduada: Controladoria/Auditoria

Graduação: Bacharel em Ciências Contábeis em 03 de março de 2001

CRC/SC 020016 O/5

ESPECIALIZAÇÕES

Formação em Auditoria e especializações inerente a profissão como Normas do CRC, Banco Central e CVM para empresas de capital aberto / mercado de ações e Sócia de empresas de Auditoria por 10 anos.

Especializada em auditoria interna em todas as áreas da empresa, com intuito de identificar falhas no processo que possam ser motivo de melhoria.

Especialização em Recuperação Judicial, etapas do processo e cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Formada no Curso de Family Office pelo Insper em Setembro de 2021.

Formada em Transações Imobiliárias em dezembro de 2023, pelo Senai/RGS

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

15 anos trabalho de Auditoria em empresas de capital aberto e em auditorias de processos (sendo 10 anos Gerente/Sócio)

Gerente de Controladoria (Áreas Contábeis/Fiscais e Financeiras)

Consultoria na Gestão de Empresas (Incluindo a gestão de empresas em recuperação judicial, como organização de finanças e cumprimento das obrigações judiciais).

Gestão de Holdinds familiares, desde os atos societários até o controle de rendas, tributação e afins, incluindo a gestão de alugueis, contratos e recebimentos.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Frequentemente trabalhou na liderança de equipes, ministrando cursos internos em matérias específicas para atualização da equipe e trabalhos em campo.

8. Nome: Roberto Frota Decourt (suplente)

Administrador de Empresas

9. Nome: Marcos Luiz Krelling (efetivo)

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville (SC) em 1975, registrado no CRA de SC em 21.02.1994 sob nr. 4788.

Iniciou sua carreira na Tigre em Janeiro de 1966, passando por funções junto às áreas Financeira, Acionistas, Assistência Técnica/Produtos, Assessor da Diretoria. No período de janeiro de 1980 a janeiro de 1991 foi o Gerente Geral da unidade da Tubos

e Conexões Tigre do Nordeste S.A. em Camaçari (BA), fabricante de tubos e conexões de PVC rígido, da qual liderou todo o processo de construção, implantação e administração da planta industrial. No período de Janeiro de 1992 a Outubro de 1994 como Assessor da Presidência na Tigre-Matriz em Joinville (SC), onde, entre outras atividades, liderou processo de incorporação de novas unidades adquiridas pela Companhia. No período de Novembro 1994 a Julho 1998 como Gerente Geral da Tecnomecânica S.A., fabricante de compressores de ar comprimido a pistão e rotativos. De julho 1998 a Outubro 2005 como Gerente Geral da Somar S.A. Indústrias Mecânicas, do ramo metal-mecânico. Outubro 2005 a Abril 2009 como Sócio-Diretor da MCA Têxtil Ltda., que fabrica e comercializa roupas infantis para os grandes magazines e linha própria de produtos. Em consultoria nas áreas de administração, finanças, produtividade, planejamento estratégico e seleção de executivos do alto escalão pela MLK Consultoria Empresarial Ltda., de maio 2009 a fevereiro 2010. De Março 2010 a atual como Diretor Geral na Agemed Saúde S.A., operadora do ramo de planos de saúde empresarial. De fevereiro a abril 2013 atuou como Gerente de Fiscalização e Tributos da Prefeitura Municipal de Joinville. De Abril 2013 a fevereiro 2014 foi Diretor Presidente do Hospital Municipal São José de Joinville. De Fevereiro 2014 até a presente data é Diretor Comercial, Administrativo e Financeiro da Cia. Águas de Joinville. É também Diretor Administrativo (voluntário) da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Titular do Conselho Fiscal do Colégio Bom Jesus/IELUSC de Joinville.

10. Nome: Paulo Eduardo da Silveira (suplente)

Médico. Atuação Profissional: Fundação PróRim de Santa Catarina, PRÓRIM, Brasil.

De 02/2010 a Atual: Direção e administração, Fundação PróRim.

Cargo ou função Responsável Técnico. Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, HRHDS, Brasil. Direção e administração, Administração.

7.4. COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

A Companhia não possui comitês de ordem estatutária e nem comitês específicos de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração. Todavia, possui Comitês Diretivo e Operacional, que discutem, analisam, sugerem e/ou apoiam as decisões de gestão e alta administração, atuando de forma efetiva no planejamento estratégico, de curto e longo prazo, e seus respectivos resultados.

7.5. RELAÇÕES CONJUGAIS, UNIÕES ESTÁVEIS OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

a. Administradores do emissor:

Exceto para o caso do Sr. Waldir Carlos Schulz, que é Presidente do Conselho de Administração e diretor vice-presidente da Companhia, e do Sr. Gert Heinz Schulz, que é membro do Conselho de Administração da Companhia, os quais possuem relação de parentesco de 1º grau entre si, os demais administradores da Companhia não possuem qualquer grau de parentesco entre si.

b. Administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Exceto para o caso do Sr. Waldir Carlos Schulz, que é Presidente do Conselho de Administração e diretor vice-presidente da Companhia, bem como, diretor da controlada Schulz Compressores Ltda., e do Sr. Gert Heinz Schulz, que é membro do Conselho de Administração da Companhia, os quais possuem relação de parentesco de 1º grau, os demais administradores da Companhia e/ou de sua controlada Schulz Compressores Ltda. não possuem qualquer grau de parentesco entre si.

c. Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor:

Não se aplica.

d. Administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não se aplica.

7.6. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLES MANTIDOS, NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:

- a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social
Não se aplica.
- b) Controlador direto ou indireto do emissor
Não se aplica.
- c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas
Inexistente a relação.

7.7. ACORDOS (INCLUSIVE APÓLICES DE SEGUROS) ESTABELECENDO O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU À COMPANHIA, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS E ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES:

A Companhia não possui apólice de seguro contratada de D&O (*Directors & Officers*).

7.8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações relevantes relativas a este item estão descritas nos itens anteriores.

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conselho de Administração:

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante

papel exercido pelo Conselho na gestão, sendo obedecido o limite fixado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 23/04/2025.

Diretoria Estatutária:

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, obedece ao limite fixado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 23/04/2025, sendo composta de pró-labore, bem como da participação nos resultados em conformidade com a previsão estatutária.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração da Companhia no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é segundo a legislação existente, pois todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Os diretores também participam do Programa de Participação dos Resultados em conformidade com as regras dos demais funcionários.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus à remuneração fixa, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, e será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. A atual remuneração foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 02/04/2024.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não aplicável

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

No exercício de suas atribuições, quando empossado, o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária define, em reunião, a forma de distribuição individual da remuneração dos administradores da Companhia

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, após as Assembleias Gerais Ordinárias, ou, sempre que necessário. A forma de distribuição da remuneração individual é definida em reunião do Conselho de Administração

c. Composição da remuneração, indicando:

i. *Descrição dos diversos elementos que compõe a remuneração, incluindo, em cada um deles:*

a. *Objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor*

- Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados – correspondem à remuneração variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde, tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.
- A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.
Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento orçamentário, fixa os objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como, os critérios de remuneração variável, aplicável quando do alcance de tais metas, exclusivamente à Diretoria Não Estatutária
- A única parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria não estatutária, a qual será tanto maior quanto for o alcance dos objetivos orçamentários definidos, conforme já mencionado anteriormente.
- O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

b. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos três últimos exercícios sociais

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa anual corresponde a 100% da remuneração total anual, conforme já mencionado anteriormente.

No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa média anual é de 50% e o restante como remuneração variável.

Segue quadro demonstrando esta proporção nos últimos 03 anos:

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Remuneração Fixa Anual	100%	100%	100%	50%	50%	50%	100%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	50%	50%	50%	0%	0%	0%

c. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal é definido pela Assembleia. O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é definido anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas a serem atingidas através de seu plano de participação nos resultados (PPR).

d. Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A Companhia utiliza uma vasta gama de indicadores para monitorar e gerenciar suas atividades, desde indicadores financeiros, utilizando as melhores práticas de mercado, bem como indicadores técnicos relacionados a cada processo produtivo, buscando sempre assegurar aspectos de qualidade, atendimento, entrega, margem, ambiental, impacto social e a qualidade de vida aos nossos colaboradores. Uma pequena parte dos indicadores de desempenho da Companhia podem ser encontrado no relatório de administração publicado no site de RI da Companhia.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

iii. Existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há membros efetivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária que não são remunerados.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos em função do exercício do cargo na Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. A remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal:

A Administração propõe para deliberação em AGO a ser realizada em 23.04.2026, que a remuneração fixa da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal seja no valor global de R\$ 14.897.025,67 para o ano de 2026, a ser distribuída individualmente pelo Conselho de Administração.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal					
Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	2025	5	2	5	12
Salário ou Prólaboro	2025	754.110,00	12.648.209,20	888.088,16	14.290.407,36
Participação Lucros	2025	-	12.648.209,20	-	12.648.209,20
Total remuneração		754.110,00	25.296.418,40	888.088,16	26.938.616,56
Nº de Membros	2024	5	2	5	12
Salário ou Prólaboro	2024	718.200,00	12.046.104,00	956.285,34	13.720.589,34
Participação Lucros	2024	-	12.046.104,00	-	12.046.104,00
Total remuneração		718.200,00	24.092.208,00	956.285,34	25.766.693,34
Nº de Membros	2023	5	2	5	12
Salário ou Prólaboro	2023	541.500,00	9.560.400,00	761.980,44	10.863.880,44
Participação Lucros	2023	-	9.560.400,00	-	9.560.400,00
Total remuneração		541.500,00	19.120.800,00	761.980,44	20.424.280,44

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Órgão: Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Não há remuneração variável para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia. O Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração recebem remuneração variável, mas na qualidade de diretores estatutários da Companhia.

a. Órgão: Diretoria Estatutária.

Número total de membros na diretoria estatutária e remunerados: 02 (Dois).

Em relação ao bônus: Não aplicável.

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A.*
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A.*
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A.*
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: N/A.*

Em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A*
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A*
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A*
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: R\$ 34.254.713,20.*

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há previsão de lançamento de plano de remuneração baseado em ações para o ano de 2026.

8.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações no resultado nos 03 últimos exercícios sociais, em razão das considerações feitas nos itens anteriores, e não prevê o lançamento de nenhum outro Programa de remuneração baseado em ações para o exercício de 2026.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Nos últimos 03 exercícios sociais não houve outorga de opções de compra de ações de membros do Conselho da Administração e da diretoria estatutária.

8.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2025:

Em 31 de dezembro de 2025 não havia nenhuma opção em aberto de membro do Conselho da Administração e da diretoria estatutária.

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

8.13. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão em 31/12/2025:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	27.955.724	18,31	8.704.552	4,25	36.660.276	10,26
WALDIR CARLOS SCHULZ	34.118.642	22,35	10.600.928	5,18	44.719.570	12,51
GERT HEINZ SCHULZ	34.057.126	22,30	11.075.968	5,41	45.133.094	12,63
JOEL DE OLIVEIRA	-	-	8.992	-	8.992	-
FÁBIO GIROLLA	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	96.131.492	62,96	30.390.440	14,84	126.521.932	35,40

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	27.955.724	18,31	8.704.552	4,25	36.660.276	10,26
WALDIR CARLOS SCHULZ	34.118.642	22,35	10.600.928	5,18	44.719.570	12,51
TOTAIS	62.074.366	40,66	19.305.480	9,43	81.379.846	22,77

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável.

8.15. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de Membros	5	5	5	2	2	2	5	5	5
Valor da maior remuneração(Reais)	150.822,00	143.640,00	114.000,00	12.648.209,20	12.046.104,00	9.560.400,00	232.638,48	221.560,44	175.841,64
Valor da menor remuneração(Reais)	150.822,00	143.640,00	57.000,00	12.648.209,20	12.046.104,00	9.560.400,00	58.159,62	73.853,48	58.613,88
Valor médio da remuneração(Reais)	150.822,00	143.640,00	108.300,00	12.648.209,20	12.046.104,00	9.560.400,00	177.617,63	191.257,07	152.396,09

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e consequências financeiras para o emissor:

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos do emissor:

Nenhum membro do Conselho da Administração, Fiscal e da Diretoria Estatutária que recebeu remuneração no exercício de 2025 é parte relacionada aos controladores diretos ou indiretos.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que

não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração adicional por quaisquer outros serviços prestados.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Foram reconhecidos no resultado do exercício na controlada Schulz Compressores Ltda, valores de remuneração pagos à Diretoria Estatutária da Companhia, como pró-labore, em função dos cargos que exercem naquela empresa, conforme quadro abaixo:

Exercício Social 2023 – Demais Remunerações recebidas em função do exercício do cargo - Valores em				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor - a título de Pró-labore	-	254.400,00	-	254.400,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício Social 2024 – Demais Remunerações recebidas em função do exercício do cargo - Valores em				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor - a título de Pró-labore	-	320.544,00	-	320.544,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício Social 2025 – Demais Remunerações recebidas em função do exercício do cargo - Valores em				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor - a título de Pró-labore	-	336.571,00	-	336.571,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 2025

Conforme Anexo A da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81")

Atendendo às disposições e normas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, bem como, disposições complementares, a Diretoria apresenta o que segue:

1. O lucro líquido auferido no exercício de 2025 foi de R\$ 289.036.256,08.
2. O montante global dos dividendos proposto é de R\$ 203.350.701,79 e o valor por ação dos dividendos é de R\$ 0,593424336 para as ações preferenciais e de R\$ 0,539476669 para as ações ordinárias. Este montante representa o total dos Juros sobre capital próprio e dividendos deliberados durante o exercício de 2025, líquido de IRRF, deliberados conforme abaixo:

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - 2025					
Valores pagos	Valor JCP Bruto deliberado R\$	Valor JCP Líquido IRRF Imputados aos dividendos R\$	Por ação Bruto em R\$ - ON	Por ação bruto em R\$ - PN	Direito com posição acionária em:
Juros sobre Capital Próprio deliberados em 24/03/2025 a pagar em 05/05/2025	25.195.000,00	22.278.984,90	0,066725035	0,073397539	27/03/2025
Juros sobre Capital Próprio deliberados em 23/06/2025 a pagar em 02/09/2025	27.500.000,00	24.337.926,01	0,072868591	0,08015545	26/06/2025
Juros sobre Capital Próprio deliberados em 22/09/2025 a pagar em 10/12/2025	28.500.000,00	25.185.732,67	0,075608714	0,083169585	25/09/2025
Juros sobre Capital Próprio deliberados em 22/12/2025 a pagar em 25/02/2026	35.750.000,00	31.548.058,21	0,094842510	0,104326761	29/12/2025
TOTAL - DELIBERADO NO EXERCÍCIO 2025	116.945.000,00	103.350.701,79	0,310044850	0,341049335	
DIVIDENDOS - 2025					
Valores Deliberados	Exercício	Dividendos Brutos	Por ação Bruto em R\$ - ON	Por ação bruto em R\$ - PN	Direito com posição acionária em:
Dividendos Intercalares deliberados AGE de 26/12/2025 a serem pagos em 30/09/2026.	2025	30.000.000,00	0,079588120	0,087546932	26/12/2025
Dividendos Intercalares deliberados AGE de 26/12/2025 a serem pagos em 30/09/2027.	2025	35.000.000,00	0,092852807	0,102138088	26/12/2025
Dividendos Intercalares deliberados AGE de 26/12/2025 a serem pagos em 29/09/2028.	2025	35.000.000,00	0,092852807	0,102138088	26/12/2025
		100.000.000,00	0,265293734	0,291823108	
TOTAL GERAL		203.350.701,79	0,575338584	0,632872443	

3. Os dividendos propostos contemplam o percentual de **74,057619%** sobre o lucro líquido ajustado de R\$ 274.584.443,28 (lucro líquido R\$ 289.036.250,08 – R\$ 14.451.812,80 de reserva legal).
4. Não foram distribuídos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.
5. Deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio declarados:
 - a) Não há saldo complementar de dividendos a pagar, em função da Companhia já ter declarado Juros sobre capital próprio e dividendos em 2025 em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, nos termos do Artigo 31 do Estatuto Social da Companhia.
 - b) Caso a AGO delibere por declarar dividendos superiores aos já declarados como Juros sobre capital próprio e dividendos durante o exercício de 2025, a previsão de pagamento é até o dia 30/06/2026. Neste caso, os dividendos complementares serão pagos e/ou creditados por intermédio da instituição

financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de seus valores mobiliários ("Banco Bradesco S.A.")

- c) Não há atualização e juros sobre os dividendos a serem eventualmente pagos.
- d) Data da declaração de pagamento dos dividendos ou juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Será a data que for eventualmente deliberada por ocasião da AGO a se realizar em 23/04/2026.
6. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.
7. Segue abaixo tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Lucro por Ação	Classe	Total Dividendos + JCP do Exercício	Valor por Ação	Juros S/Capital Próprio Líquido	Valor por Ação	Dividendos	Valor por Ação
2.025	289.036.256,08	0,841460334	PN	121.120.824,23	0,593424336	61.558.293,50	0,301601228	59.562.530,73	0,291823108
		0,764963940	ON	82.229.877,56	0,539476669	41.792.408,29	0,274182935	40.437.469,27	0,265293734
2.024	255.297.839,46	0,743238957	PN	85.832.912,42	0,419816064	85.832.912,42	0,419816064	-	-
		0,675671779	ON	58.274.182,42	0,381650967	58.274.182,42	0,381650967	-	-
2.023	277.958.068,96	0,809208827	PN	41.646.734,14	0,203697714	41.646.734,14	0,203697714	-	-
		0,735644388	ON	28.275.044,07	0,185179740	28.275.044,07	0,185179740	-	-
2.022	269.981.314,00	0,785986401	PN	28.831.772,28	0,141018647	28.831.772,28	0,141018647	-	-
		0,714533092	ON	19.574.635,32	0,128198770	19.574.635,32	0,128198770	-	-

8. Destinação de lucros à reserva legal:
- a) O montante destinado à reserva legal é de R\$ 14.451.812,80.
- b) O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro de R\$ 289.036.256,08.
9. A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.
10. Dividendo obrigatório
- a) Descrição da forma de cálculo prevista no Estatuto Social referente aos dividendos obrigatórios:

ARTIGO 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: (a) Os prejuízos acumulados; (b) A provisão para o Imposto de Renda; (c) Uma participação, até o limite legal, a ser partilhada entre os integrantes da Diretoria, devendo sua distribuição ser definida de comum acordo. **ARTIGO 30** - Após apurado, na forma do artigo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante de 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, até que deixe de ser obrigatória, ou seja, quando tal fundo atingir 20 % (vinte por cento) do capital social; e, se for o caso, serão também abatidos valores adequados para formar

as reservas previstas e definidas em lei. **ARTIGO 31** - O dividendo obrigatório é fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma dos Artigos 29 e 30, previamente acrescido das verbas previstas em lei. **ARTIGO 32** - Sobre o lucro que remanescer após as deduções dos artigos anteriores serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir, respeitado o disposto no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto, destinando-se então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituir uma Reserva para Aumento de Capital, observando que a finalidade desta é propiciar o permanente desenvolvimento da Companhia, pelo sistemático reinvestimento de uma parcela de lucros, limitada, dita reserva, a um montante igual a 80% (oitenta por cento) do próprio capital da Companhia. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao capital social. **ARTIGO 33** - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Companhia, na forma do artigo 9º, da Lei 9249, de 26.12.95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 31, conforme faculta o parágrafo sétimo, do mesmo artigo 9º, da referida Lei.

b) Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c) Não há retenção de dividendos.

11. Não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.
12. Não há destinação do resultado para reserva de contingências.
13. Não há destinação do resultado para lucros a realizar.
14. Em conformidade com o Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, foi transferido para a conta de reserva para aumento de capital o valor de R\$ 72.356.016,79, sendo R\$ 71.233.741,49, referente destinação do lucro do exercício e R\$ 1.122.275,30 referente à realização do custo atribuído.
15. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
16. Foi constituído o valor de R\$ 96.365.399,05 em reserva de incentivos fiscais, sendo, R\$ 46.534.197,07 da controladora e R\$ 49.831.201,98 reflexa da controlada, este valor corresponde as receitas com subvenção de investimento de anos anteriores. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado. A Companhia constituiu esta reserva de subvenção de investimentos de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12.973/14, artigo 30º Parágrafo 4º.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da

SCHULZ S.A

Joinville (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Schulz S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Schulz S.A. e sua controlada (Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Schulz S.A. (Companhia) e da Schulz S.A. e sua controlada (Consolidado) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Os principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

1. Reconhecimento de Passivos Fiscais Diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Schulz apresentou saldo de passivos fiscais diferidos no valor de R\$ 86.154 mil no consolidado e de R\$ 77.404 mil na controladora (R\$ 68.212 mil – consolidado e R\$ 60.620 mil – controladora, em 2024). Esses passivos decorrem, principalmente, de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais para reconhecimento de determinados ativos e passivos, impactando o imposto de renda e a contribuição social diferida. A correta mensuração e reconhecimento dos passivos fiscais diferidos exige julgamento da administração sobre a realização futura dessas diferenças temporárias, considerando alterações na legislação tributária, projeção de resultados e reversão de incentivos fiscais.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Avaliamos os principais componentes que integram os passivos fiscais diferidos e testamos a exatidão aritmética dos cálculos realizados pela Companhia.
- Analisamos a coerência das premissas utilizadas na projeção de reversão das diferenças temporárias frente às expectativas de resultados futuros.
- Verificamos a conformidade dos critérios de reconhecimento adotados com as normas contábeis aplicáveis e a legislação tributária vigente.
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras refletem adequadamente a composição, origem e expectativa de liquidação dos tributos diferidos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios adotados para reconhecimento e mensuração dos passivos fiscais diferidos são adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2. Reconhecimento de Receita de Contratos com Clientes

A Schulz obteve receita líquida de vendas de R\$ 1.938.864 mil no consolidado e de R\$ 1.460.506 mil na controladora em 2025 (R\$ 1.945.886 mil em 2024 no consolidado e R\$ 1.509.297 mil na controladora). A receita é reconhecida conforme a transferência do controle dos produtos aos clientes. O reconhecimento envolve julgamentos relacionados ao momento da transferência do controle, existência de cláusulas contratuais específicas e possibilidade de descontos concedidos.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Obtivemos o entendimento sobre os processos de venda e as políticas de reconhecimento de receita estabelecidas pela Companhia.
- Avaliamos, com suporte de especialistas, a eficácia dos controles internos relacionados ao faturamento e à entrega física dos produtos.
- Testamos, por amostragem, transações de venda para verificar a efetiva ocorrência, exatidão dos valores e a correta alocação no período de competência.
- Revisamos os contratos de venda para verificar a existência de cláusulas específicas que pudessem impactar o momento do reconhecimento da receita.
- Analisamos a adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que o reconhecimento das receitas e as respectivas divulgações estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3. Provisão para Contingências

A Schulz estabeleceu provisões para contingências no montante de R\$ 28.003 mil (controladora e consolidado) em 2025, comparado a R\$ 6.137 mil em 2024. Esses valores estão relacionados principalmente a processos trabalhistas e tributários. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração das provisões requer julgamento significativo por parte da Administração e de seus assessores jurídicos.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Obtivemos e analisamos a listagem detalhada dos processos administrativos e judiciais movidos contra a Companhia.
- Mantivemos discussões com a Administração e assessores jurídicos externos e internos sobre o status e o mérito dos processos mais relevantes.
- Verificamos a razoabilidade da classificação dos processos quanto à probabilidade de perda e a adequação dos montantes provisionados.
- Testamos os cálculos das provisões e sua correta apresentação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios adotados para o reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são adequados.

4. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Schulz apresentou saldo de investimentos no montante de R\$ 25.678 mil no consolidado e de R\$ 493.228 mil na controladora, comparado a R\$ 128.209 mil (consolidado) e R\$ 574.761 mil (controladora) em 2024. A avaliação desses ativos requer julgamento da Administração quanto ao valor justo, capacidade de recuperação e impactos operacionais.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Analisamos a composição dos investimentos e verificamos sua mensuração em conformidade com as normas contábeis aplicáveis (método da equivalência patrimonial).
- Testamos a adequação das avaliações de valor justo e a existência de indicadores de perdas por desvalorização (impairment).
- Verificamos os impactos financeiros e operacionais decorrentes das aquisições realizadas no período.
- Avaliamos se as divulgações relativas aos investimentos nas demonstrações financeiras estão completas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios adotados para o reconhecimento e a mensuração dos investimentos são adequados no contexto das demonstrações contábeis.

5. Instituições Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica Instituições Financeiras totalizava R\$ 847.352 mil na controladora (R\$ 666.512 mil em 2024) e R\$ 1.011.311 mil no consolidado (R\$ 749.173 mil em 2024). Esses valores referem-se substancialmente a empréstimos e financiamentos sujeitos a encargos financeiros, garantias e cláusulas restritivas (covenants).

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Obtivemos os contratos de empréstimos e financiamentos e analisamos suas principais cláusulas, incluindo prazos, taxas e cláusulas restritivas (covenants).
- Confirmamos, de forma independente, os saldos devedores junto às instituições financeiras ao final do exercício.
- Testamos os cálculos dos encargos financeiros apropriados no período, incluindo juros e variações monetárias, com base no regime de competência.
- Avaliamos a adequada classificação entre passivo circulante e não circulante, considerando os cronogramas de amortização.
- Verificamos o cumprimento das cláusulas restritivas contratuais (covenants) e seus possíveis impactos na classificação contábil das dívidas.
- Avaliamos a adequação das divulgações relacionadas ao endividamento financeiro nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os saldos de Instituições Financeiras estão adequadamente mensurados, classificados e divulgados nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma citada e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2024

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Schulz S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, que emitimos relatório dos auditores independentes sem modificação de opinião em 26 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas ou cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 04 de março de 2026.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME LUIS SILVA
Diretor
CRC/SC 19.408/O-2

JAQUELINE SILVEIRA CARDOSO
Gerente de Auditoria
CRC/SC 42.356/O-3

SCHULZ S.A.
Companhia Aberta (Código CVM nº 01466- 4)
CNPJ 84.693.183/0001- 68

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO DIA 19/03/2026

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 09:30 horas, reuniram-se os conselheiros da Schulz S.A., para apreciarem as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração da Companhia do exercício de 2025. A presente reunião ocorreu de forma presencial com presença dos Conselheiros: Celso Meira Júnior, José Antonio Martins, Marcos Luiz Krelling, Paulo Eduardo Dias da Costa e Roselene da Graça Mariani; do Diretor Presidente, Sr. Ovandi Rosenstock; do CEO, Sr. Sandro Adolfo Trentin; do Diretor de Administração e Finanças, Sr. Odilon de Carvalho; do Sr. Guilherme Luis Silva e a Sra. Jaqueline Silveira Cardoso, ambos representando os auditores independentes – VGA Auditores Independentes (CVM 368-9). Foram analisados os seguintes documentos: Balanço Patrimonial do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025, Relatório da Administração. Foram submetidos os seguintes assuntos para emissão de opinião do Conselho Fiscal com posterior referendo e aprovação do Conselho de Administração para encaminhamento a deliberação dos Senhores Acionistas: proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 2025, proposta de distribuição de dividendos; proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026. Após a devida análise dos documentos, constatado que não houve ressalvas da auditoria, os Conselheiros avaliaram que os documentos apresentados e esclarecimentos efetivados pela Administração são adequados em todos os aspectos relevantes, tendo emitido o parecer do Conselho Fiscal, encaminhando as contas para apreciação da Assembleia Geral Ordinária. Os Conselheiros são de opinião favorável a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 2025. Considerando as disposições do estatuto da Companhia quanto ao limite da reserva de lucros, considerando a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026, considerando a aplicação das reservas de lucro nos investimentos, recursos para capital de giro e liquidação de financiamentos esclarecidos pela Administração, os Conselheiros opinam favoravelmente a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada/subscrita pelos presentes. Certificamos que a presente ata é descrição fiel dos assuntos tratados e faz parte do Livro de Atas do Conselho de Fiscal - nr. __. Joinville, 19 de março de 2026. A presente ata foi aprovada para subscrição dos Conselheiros.

Celso Meira Júnior
Membro do Conselho Fiscal

José Antonio Martins
Membro do Conselho Fiscal

Marcos Luiz Krelling
Membro do Conselho Fiscal

Paulo Eduardo Dias da Costa
Membro do Conselho Fiscal

Roselene da Graça Mariani
Membro do Conselho Fiscal

SCHULZ S.A.
Companhia Aberta (Código CVM nº 01466- 4)
CNPJ 84.693.183/0001- 68

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Schulz S.A., com base no parecer dos auditores independentes, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, são de parecer que as demonstrações examinadas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e o resultado de suas operações, estando, portanto, esses documentos em condições de serem submetidos à apreciação dos senhores acionistas.

Joinville (SC), 19 de março de 2026.

Celso Meira Júnior
Membro do Conselho Fiscal

José Antonio Martins
Membro do Conselho Fiscal

Marcos Luiz Krelling
Membro do Conselho Fiscal

Paulo Eduardo Dias da Costa
Membro do Conselho Fiscal

Roselene da Graça Mariani
Membro do Conselho Fiscal

SCHULZ S.A.	
Proposta a ser submetida à AGO em 23/04/2026	
Orçamento de Capital	
Exercício - 2026	
	R\$ Mil
1 - Fontes de Recursos	1.468.335
1.1 - Recursos próprios(Reserva Estatutária p/Reinvestimentos Art.32 Estatuto - Exercício e Anos Anteriores)	35.261
1.2 - Recursos próprios(Caixa e Aplicações)	1.144.896
1.3 - Recursos de terceiros(novos financiamentos)	200.000
1.4 - Depreciações e amortizações	88.178
2 - Necessidades de Caixa previstos em 2026	1.468.335
2.1 - Investimentos em expansão e desenvolvimento de produtos	150.000
2.2 - Recursos para Capital de Giro	831.145
2.3 - Liquidações de financiamentos em 2026	487.190